



***TRS**

Tecnologia, Redes e Sociedade

e-planning | networks | e-learning | e-government

Relatório Interno TRS 06/2017

Título

Modelo de mediação digital para participação pública em sindicatos. Um relato das experiências realizadas

Autor(es)

Carlos Quental, IPV
Luis Borges Gouveia, UFP

Mês, Ano

Abril, 2017

Local de presença Web <http://tecnologiaredesesociedade.wordpress.com>

Repositório de trabalho científico *trs <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3787>

Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349
4249-004 Porto, Portugal

Tabela de Conteúdos

Conteúdo

RESUMO	3
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	4
2.1. e-participação	5
2.2. Participação pública em Portugal	7
2.3. Barreiras e benefícios	7
3. EXPERIÊNCIAS DE UTILIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SINDICAIS: SINDICALISMO 2.0.....	9
3.1. Problemas/barreiras nos sindicatos	9
3.2. Participantes	10
3.3. Instrumentos.....	12
3.3.1. Plataforma de e-participação.....	12
3.3.2. Dimensões e métricas	14
3.4. Procedimento	15
3.5. Experiência 1 – Debate com o secretário-geral da FENPROF.....	16
3.6. Experiência 2 – Discussão sobre o apoio ao ensino privado.....	17
3.7. Experiência 3 – Precariedade, desemprego e ... prova de ingresso na profissão	19
3.8. Experiência 4 – As políticas orçamentais, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos.....	22
3.9. Experiência 5 – Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade	23
4. ANÁLISE DOS DADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS.....	25
5. CONCLUSÃO.....	28
6. REFERÊNCIAS	30

RESUMO

Este relatório apresenta uma proposta de mediação digital para participação pública em sindicatos. A proposta é baseada num modelo concetual e prova de conceito – uma aplicação web. Pretende-se diminuir o fosso de comunicação entre cidadãos e *stakeholders* e encorajar os cidadãos professores a participar e envolver-se na vida dos sindicatos. Este artigo apresenta resultados de cinco experiências de debates sobre assuntos relacionados com a educação utilizando a plataforma de participação Liberopinion. Os resultados mostram a importância da participação ativa dos *stakeholders*, da divulgação e da curta duração dos eventos.

1. INTRODUÇÃO

Os conceitos de espaço e conhecimento são recursos que, no contexto da sociedade da informação e da era do conhecimento, permitem à sociedade civil adquirir capacidades de participação expressas através de formas de intervenção social ativa (Santos, 2010).

Borges Gouveia aponta como principais características da sociedade de informação a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o uso da informação como um recurso estratégico e a interação entre indivíduos e instituições de forma predominantemente digital (Gouveia, 2004) e diversos autores destacam a importância do fenómeno da Internet no emergir de uma nova economia de informação e conhecimento articulada em rede (Benkler, 2006; Castells, 2001; Friedman, 2006).

A relação entre o envolvimento na elaboração de políticas e prestação de serviços aos cidadãos está interrelacionado em muitos estudos sobre *e-Government* (e-Gov). Chadwick & May (2003) realizou uma análise comparativa das políticas nacionais de e-Gov e concluiu que o potencial democrático das TIC foi marginalizado devido à existência de um modelo de gestão dominante nas interações cidadão-governo. Contudo, a partir de 2004 foi evidente o interesse pelo potencial das TIC na participação. Ann Macintosh (2004) num relatório da OCDE para analisar este aspeto prevê o aumento dos esforços de participação *online*. Esta observação foi apoiada por muitas iniciativas que atraíram a atenção generalizada. Apesar de existirem céticos (Benko, 2008; Morozov, 2011; Putman, 2000) e outros, acredita-se, tal como Ann Macintosh (2004), Coleman & Blumler (2009), Medaglia (2012), que as tecnologias baseadas na Internet têm potencial para

alterar e melhorar o modo como os intervenientes interagem uns com os outros no processo democrático.

As instituições políticas tentam cada vez mais usar a Internet na tentativa de revitalizar a democracia por meio de consulta pública *online* e participação dos cidadãos (Dahlgren, 2009; Macnamara, 2010). Atente-se nas eleições presidenciais americanas a que Gibson & Ward (2008) chamaram “*google election*”, que resultaram na eleição de Barack Obama, com 52,92% dos votos populares contra os 45,66% de McCain (FEC, 2008), o primeiro Presidente Afro-Americano dos Estados Unidos da América (Nagourney, 2008) e o primeiro “*Internet president*” como Greengard (2009) o apelidou devido ao elevado uso da Internet na sua campanha. Na noite das eleições os seus milhões de apoiantes receberam nas suas caixas de correio um *e-mail* personalizado do Presidente.

O e-Gov é, apenas, uma das componentes visíveis da e-participação. Saebo e Skiftenes identificaram como atividades de e-participação significativas (Sæbø, Rose, & Skiftenes Flak, 2008), a votação eletrónica (e-votação), o discurso político em linha, a tomada de decisão *online*, o ativismo eletrónico (e-ativismo), as consultas eletrónicas (e-consulta), as campanhas eleitorais *online* (e-campanha) e as petições eletrónicas (e-petição)(Medaglia, 2012).

O trabalho dos autores debruça-se sobre este paradigma da e-participação em organizações sindicais, apresentando eventos de participação, como *e-polls*, *e-surveys*, *e-foruns* utilizando uma plataforma de e-participação que agrega num único local, neutro e regulado, os professores e os representantes dos sindicatos e que possibilita uma comunicação multidirecional entre eles.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a secção 2 aborda a participação pública e a e-participação, a secção 3 apresenta 5 experiências de utilização de uma plataforma em organizações sindicais, descrevendo os problemas, os participantes os instrumentos usados e na secção 4 apresenta uma análise dos resultados de participação.

2. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A participação pública tem sido o principal instrumento para democratizar, legitimar e melhorar a qualidade da tomada de decisões (Lourenço & Costa, 2007) e pode ser definida como um processo que envolve os cidadãos na tomada de decisão dos governos ou de outros *stakeholders*.

Para Arnstein (1969), reconhecido por muitos autores como o pai da participação contemporânea, a participação pública é a redistribuição do poder que permite aos cidadãos participar na determinação de como os objetivos e as políticas são definidas, os fundos provenientes dos impostos são alocados, os programas são operacionalizados.

Existem muitas definições, quase todas similares. Creighton (2005) afirma que é o processo pelo qual as preocupações, necessidades e valores do público são incorporados na tomada de decisão governamental ou corporativa, Tambouris, Liotas, & Tarabanis (2007) define-a como uma interação entre os governantes e os cidadãos, tendo o objetivo global de alcançar decisões melhores para os problemas que afetam a vida quotidiana dos cidadãos, André, Enserink, Connor, & Croal (2006) como o envolvimento de indivíduos e grupos que são positiva ou negativamente afetados por uma intervenção proposta (por exemplo, um projeto, um programa, um plano, uma política) sujeita a um processo de decisão, ou que estão interessados na mesma.

2.1. e-participação

A maioria das atividades da vida real já tem um equivalente *online*. Seguindo essa tendência, o campo da participação pública tem visto uma crescente integração das TIC e da Internet, o que nos leva ao conceito de participação eletrônica ou e-participação (Sanford & Rose, 2007).

A e-participação é um campo multidisciplinar e bastante diversificado. Sæbø et al. (2008) afirma que o envolvimento das pessoas *online* não é novo, mas tem sido estimulado pela evolução de muitas atividades existentes promovidas pelos avanços significativos das tecnologias da Internet. Apesar de existirem já algumas iniciativas de e-participação, o domínio de investigação da participação eletrônica está ainda na sua infância, revelando, portanto, alguma imaturidade (A. Macintosh, Coleman, & Schneeberger, 2009; Panopoulou, Tambouris, & Tarabanis, 2009; Susha & Grönlund, 2012). Por outro lado, verifica-se que os cidadãos de alguns países procuram desempenhar papéis mais ativos nos processos democráticos e que não ficam satisfeitos em serem apenas uma parte do processo de votação. Por exemplo, em Rainie & Smith (2008) refere-se que 23% dos utilizadores de Internet americanos já participaram em debates *online* sobre assuntos relacionados com a governação, normalmente em canais não oficiais do governo.

Smith & Dalakiouridou (2009) fazem uma revisão das iniciativas legislativas e políticas relevantes para a participação pública europeia levadas a cabo na primeira década do século XXI e referem que, entre 2000 e 2002, os documentos aprovados pela Comissão Europeia diziam essencialmente

respeito à transparência e à prestação de contas, enquanto a partir de 2002 foi dada mais preponderância às consultas aos cidadãos. No nível *e-consultation*, os governantes realizam consultas *online* e gerem todo o processo. Os cidadãos são encorajados a contribuir com as suas opiniões.

Em 2004, Macintosh considera a e-participação como uma subárea do campo da democracia eletrónica (e-democracia). Concretamente, a autora refere que a democracia eletrónica consiste em duas subáreas: e-votação (*e-voting*) e e-participação (*e-participation*). Em 2009 e 2012, Gronlund e Susha, consideram que a relação entre os dois campos não está ainda completamente clarificada (Gronlund, 2009; Susha & Gronlund, 2012) e que a área da e-participação está também intimamente ligada à área de investigação em *e-government*. A Organização das Nações Unidas (ONU), na sua medição do índice de participação eletrónica, utiliza os modelos de participação eletrónica, e relaciona esta área de investigação com o uso de redes sociais, grupos de notícias (newsgroups), blogues, inquéritos, fóruns e outras ferramentas interativas para facilitar o envolvimento dos cidadãos (UNDESA, 2012).

Existem várias ferramentas para a e-participação: *Webcasts* (instrumentos para transmissão de reuniões e debates em direto através da Internet), perguntas mais frequentes (FAQ), blogues, salas de *chat*, consultas eletrónicas rápidas (*quick e-polls* – por exemplo, uma pergunta sobre se gosta ou não do governo), fóruns de discussão eletrónica (onde os utilizadores, geralmente com interesses comuns, podem trocar mensagens abertas, e-painéis (permitem a um conjunto de indivíduos recrutados, em oposição a um conjunto de pessoas autopropostas, participar, através das TIC, e dar a sua opinião sobre uma variedade de assuntos, em intervalos específicos ao longo de um período de tempo), *e-petitions*, comunidades virtuais (espaços on-line onde os utilizadores com um interesse comum se podem reunir para comunicar e construir relacionamentos), serviços de alerta (uma forma de comunicação unidirecional, frequentemente utilizada para alertar e informar as pessoas sobre uma nova notícia ou evento como e-mail, RSS), orçamento participativo eletrónico, um instrumento utilizado pelas autarquias portuguesas para promover a aproximação entre os municípios e a administração local, um instrumento que permite uma maior eficácia de participação, uma maior transparência e uma maior possibilidade de discussão (Sebastião, Pacheco & Santos, 2012), participação direta dos cidadãos, através de amplos processos de consulta, na definição das prioridades de investimentos do orçamento público para um determinado território.

2.2. Participação pública em Portugal

A Internet e as Tecnologias de Informação e Comunicação devem ser encaradas como meios para fomentar o processo democrático e possibilitar um relacionamento bidirecional entre os cidadãos e as instituições democráticas de forma transparente, direta e personalizada (UMIC, 2003).

Em Portugal este instrumento está consagrado na Constituição e é vinculativo se a participação for superior a 50%. Foi utilizado para as alterações legislativas que despenalizaram a interrupção voluntária da gravidez (1998 e 2007) e a lei de criação de regiões administrativas (1998). A utilização destes instrumentos em Portugal suscitou, por ocasião do segundo referendo para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, uma discussão sobre a natureza das decisões referendáveis, defendendo os opositores que não são referendáveis questões de consciência e liberdades individuais. A participação nos referendos realizados em Portugal nunca foi superior a 50%, no entanto os seus resultados foram respeitados pelos governos, embora no caso da repetição do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez a elevada abstenção ocorrida no primeiro referendo (68,1%), e portanto o facto de não ter sido vinculativo, tenha sido um dos argumentos utilizados para a sua realização.

2.3. Barreiras e benefícios

A utilização da Internet pelos cidadãos é cada vez mais social e participativa (Effing, Hillegersberg, & Huibers, 2011), mas temos vindo a assistir, nos países ocidentais, a um declínio da confiança dos cidadãos no modelo de democracia representativa e na classe política (Castels, 2007; Nye, Zelikow, & King, 1997). Neste contexto, os políticos procuram recuperar a confiança dos cidadãos e fomentar a participação, de modo a melhorar a eficiência, a aceitação e a legitimidade dos processos políticos (Commission, 2009).

Castells realça o enorme potencial da Internet para emancipar, mas também a sua capacidade para marginalizar e excluir aqueles que não têm acesso a ela. É o problema da infoexclusão, quer na forma de acesso à tecnologia, quer na forma de interesses poderosos que tentam coartar o acesso à informação, a partilha, impedir a inovação e controlar a forma como os utilizadores usam a Internet. A participação pública serve, muitas vezes, para criar, sob a aparência de transferência de poder, um mecanismo de legitimação de decisões no âmbito das políticas públicas.

Autores como Sartori defendem que a atribuição de uma maior capacidade de participação e de influência ao povo poderá revelar-se mais prejudicial à democracia do que, propriamente, benéfica (Sartori, 2000). É o caso do plebiscito realizado em Portugal em 1933, um exemplo limite da forma como os instrumentos de participação podem ter um uso vocacionado exclusivamente à legitimação das decisões das instituições de poder, em que as abstenções foram somadas aos votos sim, e possibilitou a legitimação da concentração de poderes em Oliveira Salazar.

Hoje, seria impensável repetir-se uma situação como esta, pois enquanto houver Internet, haverá sempre formas de contornar qualquer tipo de censura, de bloqueio ou de proibição, por muito inteligentes e poderosas que sejam. Exemplos disso foram as eleições iranianas em que o governo tentou bloquear as comunicações entre os apoiantes do líder da oposição, Hossein Moussavi, e o exterior. Os ativistas, entre outros recursos, usaram um *software* de código aberto para encriptarem a meta-informação e o conteúdo das mensagens, o que permitiu comunicar entre si e com o exterior – por exemplo, com um aliado exterior importante como a CNN. Outro exemplo é o da China que tentou apertar a Great Firewall of China, como lhe chamaram os especialistas, à volta das comunicações *online*, para atacar em força uma das tecnologias livres mais usadas pelos chineses nas suas comunicações com o exterior, o Tor, um dos softwares usados também pelos iranianos que flanqueia os chamados sistemas de análise de tráfego, abrindo uma rede de túneis virtuais a partir de *proxies* e encriptando o IP da fonte em cada um dos nós ou *relays* do processo. A lição a tirar é a de que os governos dificilmente conseguirão controlar as comunicações *online*, por mais que o desejem.

É necessário que os governos criem um ambiente que permita aos cidadãos expressar as suas opiniões *online* e, mais importante, criar um mecanismo de feedback que mostre aos cidadãos que as suas opiniões são levadas a sério. Claro que o tempo e os recursos que podem ser necessários para fornecer um feedback adequado às contribuições dos cidadãos é mais uma barreira para o envolvimento dos políticos e outros *stakeholders* em iniciativas de e-participação (A. Macintosh et al., 2009; Susha & Grönlund, 2012). Estes autores afirmam, ainda, que a e-participação é altamente fragmentada, não sistemática e imatura a nível metodológico e teórico, necessitando, por isso, de estudo mais profundo.

A Internet tem um elevado potencial para contribuir para o exercício da cidadania, uma vez que, permite partilha, colaboração e ação coletiva, mas há sempre o risco de as novas tecnologias se transformarem em mecanismos de recolha de informação apenas, gerada por sofisticadas máquinas

políticas concebidas para conduzir a opinião pública no sentido de objetivos cada vez mais focados nos seus interesses. As discussões políticas *online*, embora permitam tecnicamente uma grande participação, são dominadas por poucos, do mesmo modo que as discussões políticas em geral. Um problema comum é a relutância dos *stakeholders* em participar com receio de não conseguirem o que querem e de perderem poder na tomada de decisão.

3. EXPERIÊNCIAS DE UTILIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SINDICAIS: SINDICALISMO 2.0

Coleman e Gotze defendem que a deliberação *online* pode ser considerada como a deliberação sem os constrangimentos de tempo que muitas vezes tornam as discussões síncronas sufocantes, fúteis, sobreaquecidas ou demasiado simplistas. Alegam, no entanto, que os mecanismos de moderação e de mediação são cruciais para o sucesso do diálogo assíncrono de muitos-para-muitos tal como as regras, procedimentos, protocolos e costumes são essenciais para o sucesso dos debates face-a-face (S. Coleman & Gotze, 2001).

O tipo de público afeto à participação pública é vasto. Para além de entidades governamentais, é necessário fomentar a participação em associações profissionais, instituições educacionais, organizações cívicas, organizações sindicais, agências locais ou nacionais da Administração Pública, autarquias locais, outros grupos, incluindo associações políticas, grupos religiosos, associações de minorias, órgãos de comunicação social.

Este estudo incide sobre uma organização sindical e os participantes são os responsáveis dos sindicatos, por um lado, e os professores por outro. Já foram realizados vários eventos de e-participação, como e-petições e e-consultas de vários tipos e neste artigo iremos apresentar e analisar eventos de discussão e deliberação através do Liberopinion¹, uma plataforma que permite participação efetiva em processos deliberativos formais e informais através da Internet, quer na forma *standalone*, quer na forma de *widgets* com integração completa em qualquer *Website*.

3.1. Problemas/barreiras nos sindicatos

Os sindicatos entendem a e-participação como um vago conceito de “fórum”, ou seja, pessoas que comentam os seus problemas relacionados com a vida do sindicato e com a sua profissão. As

¹ <http://www.liberopinion.com>

implicações e resultados destes espaços *online* não são devidamente considerados. Alguns responsáveis continuam céticos no que se refere a consultas públicas e alguns atores não se sentem confortáveis com a ideia destes novos canais de comunicação, têm receio de exposição, embora reconheçam que estes espaços públicos permitem alcançar novas audiências.

Os sindicatos têm estruturas organizacionais complexas criadas para aumentar o consenso político dentro da organização e certificar-se de que todas as partes envolvidas têm igual acesso aos órgãos de decisão. Isso tem efeito nas decisões do sindicato quando recebem feedback dos seus membros, pois é necessário chegarem a consensos, não só de opinião mas também políticos, o que tem implicação na participação dos seus membros.

Hyman (2007) argumenta que é necessário gerir os recursos dos sindicatos de forma estratégica e adquirir capacidades e competências para a gestão da participação institucional. A essência do movimento operário é divulgar amplamente as posições do sindicato, o conflito social e a mobilização dinâmica sempre que necessário. Neste sentido, o envolvimento *online* tem um papel secundário, mesmo que contribua para a circulação de posições do sindicato e apoiar as suas mobilizações.

Os sindicatos valorizam a representação face-a-face a tal nível que nada a pode substituir. Nesta perspetiva a participação pública *online* é mais uma ameaça do que uma oportunidade.

A e-petição, por exemplo, é uma atividade de interesse internacional, bastante usada e com efeitos na tomada de decisão e que alguns sindicatos utilizam amplamente. Talvez por esse motivo, Lindner & Riehm (2009) mostram abordagens diferentes em contextos institucionais, como o Parlamento alemão ou o governo norueguês. Nas comunidades sindicais observam-se diferenças culturais fundamentais e, possivelmente, esta é uma das razões porque pouca investigação seja focada na adoção de ferramentas da Web 2.0 nessas comunidades.

3.2. Participantes

Os atores foram escolhidos devido à falta de estudo nesta área (Sindicatos de Professores) e devido à representatividade da organização, pois a Federação Nacional de Professores representa cerca de 70% do total de professores sindicalizados. Os participantes são os representantes dos Sindicatos, por um lado, e os professores, por outro que, em 2012, totalizavam 163175, como mostrado na Figura 1.

2012
163.175
indivíduos

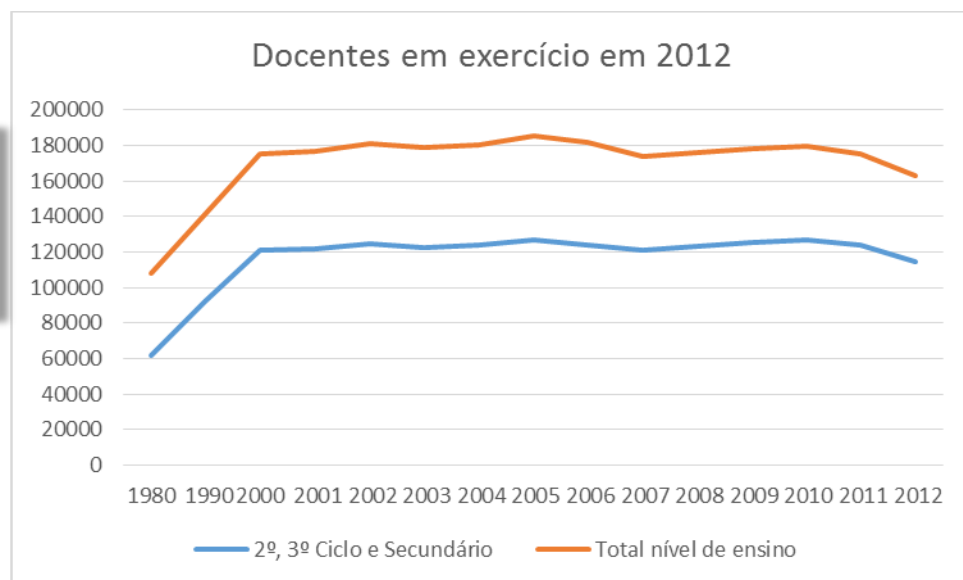


Figura 1 – Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino. **Fonte:** PORDATA (2012).

A Federação Nacional de Professores (FENPROF)² é a maior organização sindical de professores do país, que integra o Sindicato de Professores do Norte (SPN), do Centro (SPRC), da Grande Lisboa (SPGL), do Sul (SPZS), da Madeira (SPM), dos Açores (SPRA) e o Sindicato de Professores no Estrangeiro (SPE). Em 2012, segundo dados do 11º Congresso da FENPROF, o conjunto dos sindicatos totalizava 51833 membros, distribuídos por sindicato como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Número de membros dos sindicatos afetos à FENPROF

Sindicato	Sócios
SPN	12 654
SPRC	12 027
SPGL	16 024
SPZS	6 237
SPM	2 662
SPRA	2 155
SPE	74
Total	51 833

² <http://www.fenprof.pt>

3.3. Instrumentos

As organizações sindicais utilizam ferramentas de comunicação unidirecional e não suportam um eficiente processo de comunicação escalável baseado nos objetivos e necessidades de todas as partes interessadas.

Depois de observar este tipo de comunicação, propusemos a utilização de uma plataforma para estimular a participação dos professores na vida sindical e na tomada de decisões, através de mediação digital, uma solução que agrega num único local, neutro e regulado, os professores e os representantes do sindicato e que possibilita uma comunicação multidirecional entre eles. A participação dos professores nas suas organizações sindicais pode e deve permitir uma melhor relação entre as partes, assim como influenciar decisões importantes em termos de organização, quer dos representantes, quer das esferas governamentais.

3.3.1. Plataforma de e-participação

A solução tecnológica tomou a forma de uma plataforma Web de participação designada iLeger, utilizada nas eleições legislativas e presidenciais de Portugal em 2011 e que evoluiu para a plataforma Liberopinion³, utilizada neste estudo. A plataforma está dividida em várias áreas de participação. A interação e a colaboração são suportadas através de perguntas, respostas, sugestões e debates em direto (Figura 2). Com esta aplicação pretende-se contribuir para colmatar a lacuna de comunicação identificada entre estes intervenientes e para converter o professor num agente com capacidade de intervir na vida sindical e de, não só consumir, mas também produzir informação.

As atividades de participação são realizadas através dos dois principais componentes do sistema, o *frontoffice* e o *backoffice*. Concretamente, os intervenientes participam, através das várias áreas do *frontoffice* do Liberopinion, nos eventos criados, geridos e moderados pelo editor da plataforma, a partir de uma área dedicada, o *backoffice*.

³ <http://www.liberopinion.com>

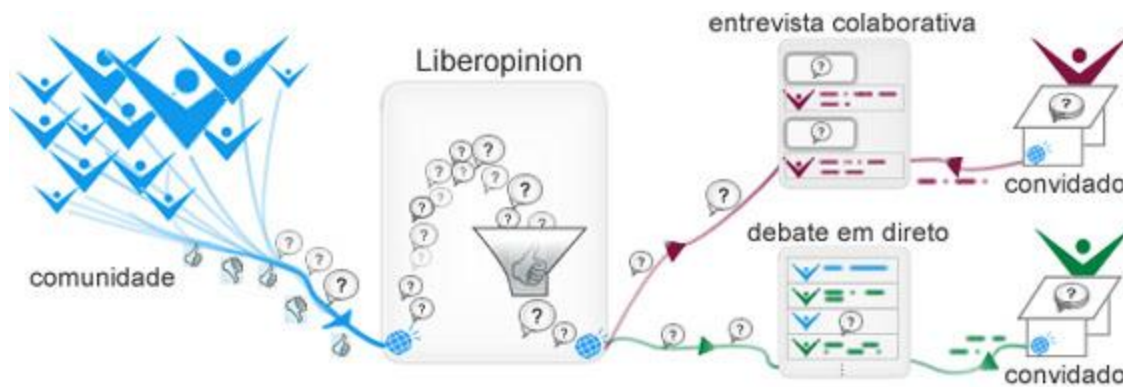


Figura 1 – Interação e colaboração da comunidade através de perguntas, opiniões, debates

A administração de utilizadores, a configuração da plataforma e a gestão dos eventos de participação e dos conteúdos editoriais é efetuada a partir do *BackOffice*. O editor da plataforma pode criar eventos de participação para obtenção de perguntas e sugestões, para auscultação da opinião dos professores e debates em direto e pode selecionar as iniciativas de participação que quer destacar. Se o evento for moderado, todos os conteúdos escritos submetidos pelos professores são alvo de moderação. O editor pode marcar/selecionar perguntas e sugestões colocadas pelos professores, que sejam consideradas pertinentes para incluir em TOPs editoriais, conjunto de comentários mais votados pelos professores e que podem ser respondidos em direto.

Os professores podem submeter perguntas, sugestões e comentários, votar, participar em debates em direto. No caso de debates, as intervenções dos oradores não são moderadas. Os professores podem requerer o anonimato em todas as intervenções escritas submetidas na plataforma.

Os representantes do sindicato podem editar o seu perfil, responder a perguntas colocadas pelos professores, comentar sugestões, marcar perguntas e sugestões para responder e comentar mais tarde, comentar respostas e comentários a sugestões de outros representantes do sindicato, participar em debates em direto, consultar dados estatísticos das consultas feitas aos professores. O diagrama simplificado é mostrado na Figura 2 e a estrutura funcional da plataforma está devidamente explicada em Qental & Gouveia (2014).

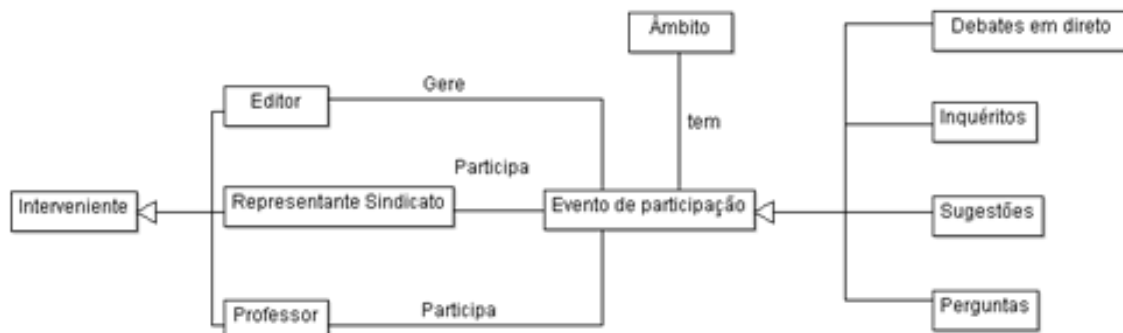


Figura 2 – Diagrama simplificado da plataforma Liberopinion

3.3.2. Dimensões e métricas

A informação referente às estatísticas de acesso de utilização da plataforma é guardada em bases de dados e em logs para tratamento posterior. Utilizam-se, também, as ferramentas *Awstats Log Analyzer*⁴ e as ferramentas do *Google Analytics*⁵.

As dimensões usadas são 1) Tipo de visitante (Novo/retorno); 2) Geografia (país/território e idioma); 3) Frequência e carácter recente (contagem de visitas, visitas, visualizações de página); 4) Relação (duração da visita, visitas, visualizações de página); 5) Tecnologia (Fornecedor de serviços, navegador e sistema operativo); 6) Dispositivos; 7) Fluxo de visitantes; 8) Canais (*referral, social, organic, direct*); 9) Origem do tráfego; 10) Tráfego de referência; 11) Redes sociais (referências e fluxo de visitantes); 12) Comportamento (páginas, conteúdos, páginas de destino e saída).

As métricas baseiam-se, em cada dimensão, na 1) percentagem de novas visitas (% de visitantes que acederam pela primeira vez); 2) duração das visitas; 3) Páginas/visita (Média de páginas visualizadas por sessão); 4) Taxa de rejeições (% de visitas de página única); 5) Visitantes únicos (nº não duplicado de visitantes); 6) Visualização de páginas (Nº total de páginas visualizadas); 7) Visitas (Nº total de visitantes); 8) Visitante que retorna (visitante que repete a visita).

⁴ <http://awstats.sourceforge.net/>

⁵ <http://www.google.com/analytics/>

3.4. Procedimento

Os procedimentos utilizados nas experiências e utilização da plataforma seguiram alguns passos que descrevemos:

Recolher informação sobre a organização e tipos de eventos; Descobrir se estão preenchidas as condições necessárias para um processo de participação formal; desenvolver ideias para a sequência de eventos no processo de participação; esclarecer as formas possíveis de um processo de participação com outros atores, políticos e da administração; divulgar informação ao *stakeholder*; divulgar informação.

Para garantir sucesso é necessário esclarecer objetivos, convidar todos os interessados para participar, tornar claro que influência os participantes têm e o que será feito com os resultados, certificar-se de que a informação chegue a quem a precisa.

Reunimos com os representantes do SPRC em 2011, apresentamos a plataforma e a discussão pode ser resumida em *“julgamos ser um bom momento para medir a participação dos professores e, também, para utilizar a Web 2.0 na participação bidirecional e iniciar o que chamamos de Sindicalismo 2.0. São tantos os temas que podem ser utilizados para questionar, debater, propor ...”*. Propusemos temas para discussão como horários zero, mobilidade especial, saídas da função pública, apresentação e discussão de propostas dos professores, debates como *“Que modelo para avaliação dos professores?”* e tantos outros.

A maior dificuldade sentida foi a já discutida acima: a Federação Nacional de Professores é composta por vários sindicatos e as decisões têm que ser coletivas, o que tornou bastante morosa a decisão de avançar. Em 2012 decidimos fazer alguns eventos com o SPRC. Após várias reuniões e trocas de informação, fizemos e-petições, e-consultas criando plataformas próprias e já apresentados num outro artigo. Só em 2013 se conseguiu fazer experiências com o Liberopinion. Os fóruns de discussão têm o potencial para apoiar a interação, a reflexão, a deliberação, o debate e a discussão alargada, mas são necessários alguns requisitos, tais como o dispêndio de tempo em equipa e competências para moderar, apoiar e facilitar as discussões, bem como para analisar as contribuições.

Esta é outra das dificuldades. É necessário disponibilizar elementos do *stakeholder* para moderar, acompanhar as discussões, responder às questões e isso não é fácil devido ao tempo que os representantes dedicam a outras atividades. Nestes eventos foram escalonados representantes diferentes para moderar cada uma das experiências.

3.5. Experiência 1 – Debate com o secretário-geral da FENPROF

A plataforma Liberopinion permite fazer vários tipos de experiências, tais como inquéritos, votações, questões da comunidade, sugestões, debates em direto. Esta experiência de participação pretendia medir o nível de participação dos professores num debate em direto com o líder da Federação Nacional de Professores (Figura 3).

The screenshot displays the Liberopinion platform interface. At the top, there are logos for 'região centro', 'FENPROF', and 'FENPROF' alongside the text 'plataforma de participação'. A yellow banner indicates 'A participação e votação estão fechadas'. The main content area features a photo of Mário Nogueira and the title 'FÓRUM: PERGUNTE. MÁRIO NOGUEIRA (FENPROF) RESPONDE'. Below the photo, a text block explains the context: 'O difícil e prolongado processo de luta que os professores vêm realizando desde o dia 7 de Junho é a resposta às medidas que o governo pretende impor, as quais visam despedir professores ou agravar a sua precariedade.' A larger text block details the reasons for the strike: 'Aumento do horário de trabalho para as 40 horas, aplicação da mobilidade especial aos professores e não consideração de muita da actividade docente com alunos como sendo componente lectiva, são as principais causas de um processo que tem índices de adesão que superam os 95% na greve às avaliações, levou 80.000 professores a Lisboa e realizou a maior greve dos últimos 20 anos, com mais de 90% de adesões, fazendo com que mais de 20.000 alunos não tenham realizado o exame de Português.' Below this, it states: 'Mário Nogueira responde às perguntas da comunidade educativa, a partir de hoje até à véspera de uma Greve Geral que une as duas centrais sindicais, CGTP-IN e UGT.' On the right, the Liberopinion logo is visible with the tagline 'sharing views' and the word 'pergunte' in large purple letters. At the bottom, there is a section for 'Participações dos Utilizadores' with buttons for '+ recentes' and '+ populares'.

Figura 3 – Página de entrada para o debate em direto com a explicação das questões a discutir (<http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=1>)

Os professores podiam colocar perguntas durante uma semana para o secretário-geral responder no dia do debate. Os professores foram convidados a participar e colocar questões sobre o aumento do horário de trabalho, aplicação da mobilidade especial. O evento teve início no dia 20 de junho às 9 horas e terminou às 2 horas do dia 21. O debate foi cancelado devido a restrições colocadas pela federação. Contudo, os resultados destas poucas horas são relevantes. O convite foi enviado cerca das 12 horas, para uma mailing list do distrito de Viseu, com cerca de 6000 subscritores. Foram registadas 18 perguntas, 317 visitas e 292 visitantes únicos, como se mostra na Figura 4. O maior fluxo de visitas deu-se a seguir ao envio do convite, entre as 13 e as 16 horas, com um pico às 14 horas.

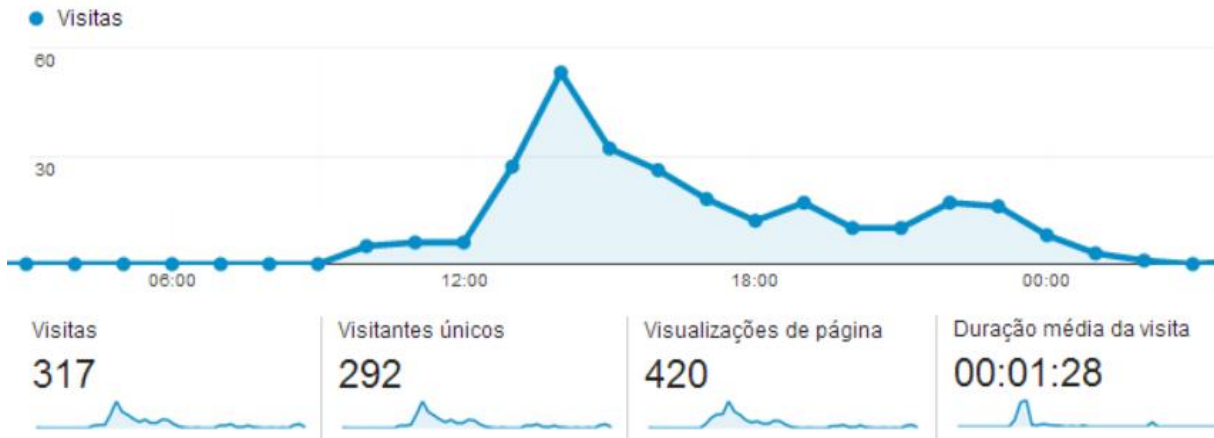


Figura 4 – Nº de visitas registradas no *Google Analytics*

3.6. Experiência 2 – Discussão sobre o apoio ao ensino privado

Esta experiência esteve *online* entre 21 de Novembro e 3 de Dezembro de 2013. A divulgação foi iniciada às 16h50 com o envio para uma *mailing list* de 5000 professores. Às 17 horas do dia 22 foi enviado convite, através de *e-mail*, para cerca de 10000 professores e foi colocado um *banner* no portal do SPRC para divulgação do evento. Só no dia 24 às 19 horas o moderador do sindicato inicia as respostas às questões colocadas pelos professores (Figura 5).

plataforma de participação

A participação e votação estão fechadas

(1) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF

A participação dos Professores, Educadores e Investigadores na orientação e acção sindical são princípios fundadores do SPRC e da FENPROF. O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação abriu novas possibilidades neste domínio. Com mais esta iniciativa abrimos um novo espaço de participação e comunicação com os docentes.

Apoio ao ensino privado é uma opção ideológica do governo e dos partidos que o suportam.

Com esta iniciativa pretendemos discutir as opções políticas dos governos que, há vários anos, têm vindo a favorecer as escolas privadas com prejuízo para as escolas públicas. As opções do governo recentemente anunciadas (quer através do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, quer com o anunciado *Guão da "Reforma" do Estado*) visam aprofundar este caminho de retrocesso e ataque aos direitos dos portugueses.

Participações dos Utilizadores + recentes + populares

Maria do Carmo dos Santos Duarte
Será que as escolas privadas aceitam todos os alunos? não farão uma seleção de alunos? não tenho visto alunos com dificuldade de aprendizagem nestes estabelecimento de ensino e muito menos os NEE

50% 50%

Partilhar

resdosta

Embora seja inconstitucional, para além de contrariar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, há indícios de que alguns colégios (tenham ou não acordos com o Estado) não aceitam todos os alunos (o que, apesar da retórica, é o mesmo que recusar alunos). Na reportagem da TVI, Ana Leal questiona directamente directoras de colégios relativamente a terem uma baixíssima taxa de alunos subsidiados, relativamente às escolas públicas, contrariando um dos

Figura 5 – Website para discussão das opções do governo sobre o apoio ao ensino privado
(<http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=9>)

A cronologia é apresentada, porque dela podem retirar-se algumas conclusões, como mostrado na Figura 6: 1) existem 66 visitas e 4 contribuições entre as 17h00 e as 23h do dia 21, com a maior participação às 17 horas, hora de envio do convite; 2) há 7 contribuições e cerca de 150 visitas a partir das 17 horas do dia 22, hora do envio do segundo convite; 3) existem algumas visitas, novamente, depois do moderador começar a responder às questões. O moderador respondeu a 28 das 34 questões colocadas pelos professores.



Figura 6 – Nº de acessos registados entre 21 e 29 de Novembro

3.7. Experiência 3 – Precariedade, desemprego e ... prova de ingresso na profissão

Esta iniciativa teve como objetivo discutir a política do governo para a Educação, como a redução dos serviços públicos, despedimento de docentes e uma nova medida legislativa que obriga os professores a fazer uma prova de ingresso na profissão, como mostrado na Figura 8. O evento decorreu entre 3 de Dezembro às 21 horas e 12 de Dezembro. A divulgação foi efetuada no portal do sindicato (Figura 7), através de *e-mail* e redes sociais.

Sindicato dos Professores da Região Centro

membro da FENPROF Frente Comum CGTP

Início Última Hora Legislação Concursos Acção Sindical Propostas Sectores Ensino Superior Na internet RCI

PLATAFORMA DE PARTICIPAÇÃO
 Pergunte ao SPRC/FENPROF sobre
Precariedade, desemprego e... prova de ingresso na profissão docente

Precariedade, desemprego e... prova de ingresso na profissão docente
 Plataforma de participação Pergunte ao SPRC/FENPROF sobre

Precariedade, desemprego e... prova de ingresso na profissão docente

Petição/ Abaixo-Assinado – Professores tomam posição

Escola Pública

ÁREA RESERVADA

Este espaço é reservado aos sócios do SPRC

Nº de Sócio
 B.I./C.C.
 Memorizar
 Autenticar

Início

Detalhes Categoria: Última Hora
 Hora

Detalhes Categoria: Última Hora
 Hora

Detalhes Categoria: Última Hora
 Hora

A manipulação do factor de sustentabilidade pelo governo, o aumento, todos os anos, da idade de reforma e de aposentação e o duplo

A luta continua pelo direito a exercer a profissão docente

Organizações sindicais dos professores apresentam pré-aviso de greve para 5

Contra a prova de ingresso na profissão

Acções nos distritos da região centro trouxeram o protesto para a rua.

Figura 7 – Página principal do portal do SPRC a divulgar a plataforma de participação

Tal como aconteceu no evento anterior houve um fluxo de visitantes às 22 horas, no seguimento do convite enviado aos professores às 21 horas. Às 0h30 foi enviado novo convite para a lista de professores. Os picos da Figura 9 representam o fluxo de visitantes às 22 horas do dia 3 e 10, 18 e 21 horas do dia 4. O sindicato escolheu outro moderador para este evento que iniciou a aprovação das contribuições às 22h30 do dia 4. Houve 32 contribuições, todas aprovadas e respondidas.

região centro FENPROF plat

A participação e votação estão fechadas

(2) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF

A participação dos Professores, Educadores e Investigadores na orientação e acção sindical são princípios fundadores do SPRC e da FENPROF. O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação abriu novas possibilidades neste domínio. Com mais esta iniciativa abrimos um novo espaço de participação e comunicação com os docentes.

Precariedade, desemprego e ... prova de ingresso na profissão

Com esta iniciativa pretendemos discutir a política do governo para a Educação, e os interesses evidenciados em todas as medidas que aprova: redução dos serviços públicos, desresponsabilização do Estado, redução de custos com recursos humanos através do despedimento de docentes e da precarização das relações de trabalho e privatização das funções sociais do Estado. A prova de ingresso na profissão é um meio de desvalorização da profissão docente que não considera os percursos formativos e profissionais dos professores e educadores.

Veja o evento que está a decorrer sobre as políticas orçamentais em <http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=11>

Participações dos Utilizadores + recentes + populares

Luis Lobo
Sobre o caso que a colega Ana Campos aqui coloca, atrevo-me a sugerir, ainda, que seja enviada uma queixa para a Provedoria de Justiça

0% 100%

f Partilhar

sposta  A sugestão dada é de inteira pertinência! O não acautelar de medidas que evitem prejuízos para os/as professores/as que, por motivos que lhes não são imputáveis, não possam comparecer à chamada única que o MEC insistiu em

Figura 8 – Website para discussão das opções do governo sobre o apoio ao ensino privado (<http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=10>)



Figura 9 – Nº de acessos registados entre 3 e 12 de Dezembro

3.8. Experiência 4 – As políticas orçamentais, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos

Os temas deste debate são discutir “o rumo e as consequências das políticas orçamentais do governo, o roubo nos salários, pensões e subsídios, nos orçamentos das escolas e no financiamento do ensino superior e da investigação e as suas consequências para docentes e investigadores, para os alunos e para as famílias” (Figura 11). Iniciou a 13 de Dezembro às 12h30 e terminou a 30 de Dezembro. A divulgação seguiu os mesmos procedimentos que os eventos anteriores, correio eletrónico para a lista de professores às 13h00 e divulgação no portal. Os dados são mostrados na Figura 12.

O moderador aprovou e respondeu às 6 questões colocadas pelos participantes.

A participação e votação estão fechadas

(3) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF

A participação dos Professores, Educadores e Investigadores na orientação e ação sindical são princípios fundadores do SPRC e da FENPROF. O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação abriu novas possibilidades neste domínio. Com mais esta iniciativa abrimos um novo espaço de participação e comunicação com os docentes.

As políticas orçamentais, os roubos nos salários e pensões, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos

Neste evento pretendemos discutir o rumo e as consequências das políticas orçamentais do governo. O roubo nos salários, pensões e subsídios, nos orçamentos das escolas e no financiamento do ensino superior e de investigação e as suas consequências para docentes e investigadores, para os alunos e para as famílias, são os temas deste debate.

Dê a sua opinião ou levante problemas, nós daremos a nossa opinião!

Participações dos Utilizadores + recentes + populares

Fernando Correia

Olli Rehn disse isto ao Diário Económico: "Portugal deve usar a crise e o programa de ajustamento como uma oportunidade para romper de vez com o seu passado económico. É urgente definir uma nova visão a médio prazo para o crescimento e o emprego, que defina um caminho para o país trilhar até 2020 e anos subsequentes. Essa visão deve ser credível e contar com uma ampla base de apoio político e social. Em particular, são precisos esforços adicionais para criar um ambiente favorável ao investimento privado e à transição para uma economia de bens e serviços transacionáveis através do investimento doméstico e estrangeiro." Que se oferece dizer sobre este discurso de uma inevitabilidade catastrófica?

0% 100%

f Partilhar

resposta

O país precisa de políticas apostadas no desenvolvimento económico e social. Nesta aposta desempenha um papel absolutamente decisivo o desenvolvimento da produção nacional de bens transacionáveis. Mas, importa dizer que o tal senhor Olli Rehn e um conjunto de outros farsantes do FMI, UE e BCE estão há anos a impor a Portugal políticas de destruição de áreas importantes da economia nacional. Foi com imposições da EU e com diversos governos ao seu serviço que foram destruídas nas avulsas partes mais sensíveis a siderurgia e

Figura 10 – Website para discussão das políticas orçamentais do governo
(<http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=11>)



Figura 11 – Nº de acessos registados entre 13 e 30 de Dezembro

3.9. Experiência 5 – Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade

A “Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade” foi o tema deste debate (Figura 12). Os sindicatos propuseram um leque variado de subtemas à discussão sobre financiamento público do ensino, condições de exercício profissional, emprego, currículos, formação e administração e gestão das escolas/agrupamentos.

Este evento seguiu um modelo diferente. Os professores colocavam as questões e não haveria respostas individuais. O moderador aprovava as questões, mas a resposta seria dada no final do prazo em formato único, como se de um debate se tratasse. O evento foi colocado *online* no dia 17 de Janeiro às 12 horas e os professores foram convidados a participar às 13 horas. Como aconteceu em eventos anteriores, a partir dessa hora os professores começaram a visitar a plataforma, atingindo um máximo de 23 visitas às 15 horas, como mostrado na Figura 13. Foram colocadas 12 questões, das quais 9 foram aprovadas.

The screenshot displays the 'plataforma de participação' interface. At the top left, there are logos for 'região centro' and 'FENPROF'. The top right corner features the text 'plataforma de participação'. A yellow banner at the top center reads 'A participação e votação estão fechadas'. Below this, there is a section titled 'PERGUNTE AO SPRC / FENPROF' with a sub-header 'Debate: Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade'. The main text of the debate discusses the impact of the PSD/CDS-PP government on public schools. To the right of the text is a 'Liberopinion sharing views' logo with a globe and the word 'participe' in large purple letters. Below the debate text, there is a section titled 'Participações dos Utilizadores' with two tabs: '+ recentes' and '+ populares'. Three user comments are visible, each with a thumbs-up/down icon and a percentage of votes. The first comment is from 'Anónimo' (0% thumbs up, 100% thumbs down). The second is from 'SÓCIO 13280' (40% thumbs up, 60% thumbs down). The third is from 'Maria I. C. Silva' (0% thumbs up, 100% thumbs down). Each comment also has a 'Partilhar' button.

Figura 12 – Debate sobre a política de educação

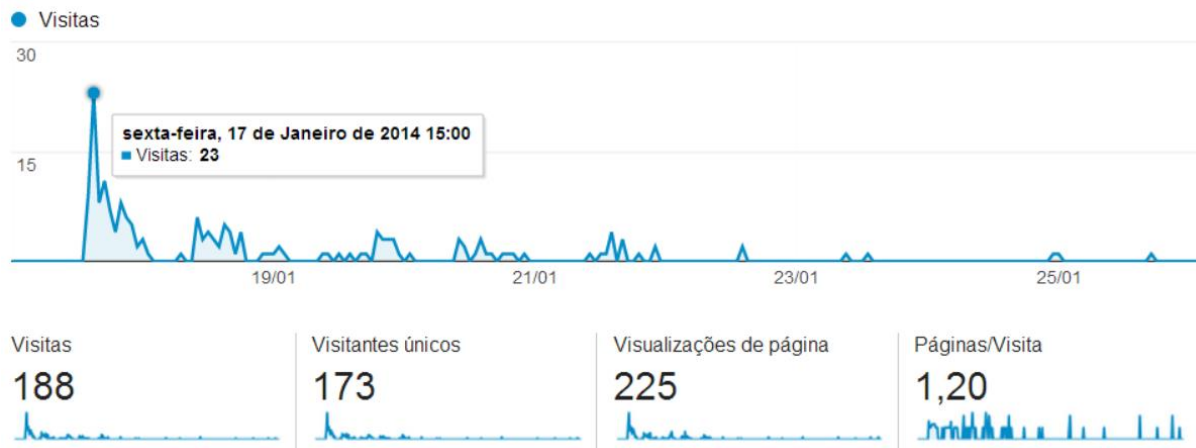


Figura 13 – Nº de acessos registados entre 17 e 30 Janeiro de 2014

4. ANÁLISE DOS DADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS

Nesta secção apresenta-se e analisa-se os resultados das experiências efetuadas no Liberopinion em 5 ocasiões diferentes. Os resultados resumidos na Tabela 2 estão concentrados principalmente no número de visitas à plataforma e no nível de participação dos utilizadores nos eventos de participação.

A divulgação é importante? Note-se que os picos de acesso à plataforma deram-se sempre a seguir ao envio de convites aos professores, em todos os eventos, como explicado nos pontos anteriores. Isto demonstra a importância que tem a divulgação e a sensibilização da população para o sucesso deste tipo de eventos.

Os debates em direto em vídeo podem ter maior número de participações? O líder da FENPROF, no evento número 1, iria responder às questões colocadas pelos professores em direto. Em poucas horas houve 317 visitas e 18 participações de professores, o que parecia vir a ser um debate com um grande número de questões dos professores. O debate foi cancelado e não pudemos validar a maior participação em debates em direto como, aliás, é argumentado por Sousa, Agante, & Gouveia (2013) num estudo sobre a importância dos media na participação pública em períodos eleitorais.

Tabela 2 – Resumo das experiências e dados de visitas e participações

Evento	Duração (dias)	Visitas	Participações		
			Quantidade	Aprovadas	Respondidas
1	1	317	18	2	NR
2	12	538	34	28	28
3	9	437	32	32	32
4	17	182	6	6	6
5	13	188	12	9	0

O evento 1 teve 5,3% de visitas se considerarmos, apenas, o convite enviado a 6000 professores, mas apenas 0,61% se considerarmos os 51833 membros da FENPROF. Os restantes eventos tiveram 4,6, 3,7 e 1,6%, respetivamente, o que nos leva à velha questão defendida por outros autores de que poucos participam – entre 1 a 5% (Ferro & Molinari, 2010; Lange, Mitchell, Stewart-Weeks, & Vila, 2008; Nielsen & Tognazzini, 2014; Preece & Shneiderman, 2009), entre outros. Os projetos *OpenParlament* e *NosDeputés*, como termo de comparação, tiveram 2,9% e 0,26% de visitantes, respetivamente (Östling, 2011).

A participação efetiva, isto é, o número de *posts* nos eventos foi de 5,7%, 6,3%, 7,3%, 3,3% e 6,4%, respetivamente, o que vem de encontro a alguns autores como Schneider (1997) que afirma que 80% dos *posts* são enviados por menos de 5% dos utilizadores. Nielsen chama-lhe a desigualdade na Web e afirma que 90% dos *posts* é realizado por 1% dos utilizadores e argumenta que as leis há muito estabelecidas para as comunidades *online* devem manter-se, talvez com pequenas modificações, mas os princípios são devido à natureza humana e não mudam quando se muda para uma nova plataforma. A plataforma iLeger (Sousa et al., 2013) utilizada em debates nas eleições de 2011 em Portugal registou 2,1% de entradas submetidas nas eleições presidenciais e 0,96% nas eleições legislativas.

Os dados demográficos registados pelo *Google Analytics* para cada evento são mostrados nas figuras abaixo.

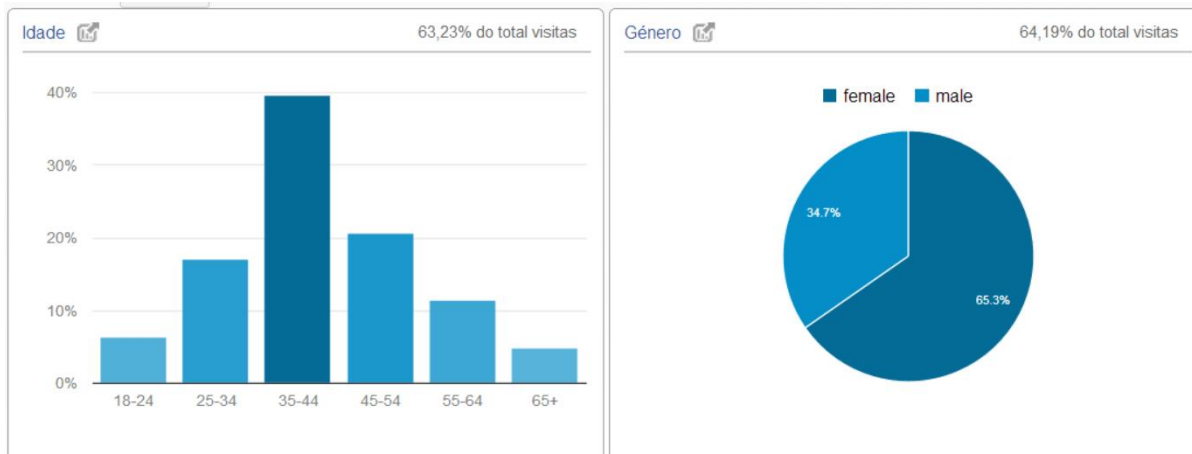


Figura 14 – Número de participantes por idade e género

O tempo disponibilizado pelo moderador para estes debates também é importante. No evento 1, alguns professores contactaram o sindicato para saber se havia alguma “avaria” na plataforma, pois colocavam questões, mas elas não apareciam no *frontoffice*. As questões só aparecem depois de o moderador as aprovar, o que não estava a acontecer. A verdade é que os utilizadores desistem se as questões demorarem demasiado tempo a aparecer no *frontoffice*. Isto faz com que a participação diminua, pois para além de não verem as suas questões, também não podem ler as questões de outros utilizadores e, conseqüentemente, não votar nas questões que julguem mais importantes. Os resultados mostram que, a partir do terceiro dia, a participação é reduzida, o que demonstra o interesse dos cidadãos em participar em eventos de curta duração, como também argumentado por Sousa, Agante, & Gouveia (2011).

Considera-se que a deliberação é um aspeto muito importante a ter em conta no desenvolvimento e uso de plataformas de e-participação. Por outro lado, entende-se que a funcionalidade de introdução de comentários e de resposta a comentários é um mecanismo facilitador da deliberação, através do diálogo na plataforma.

Em relação ao número de comentários submetidos, é notório que foi reduzido em todas as experiências de utilização da plataforma Liberopinion. Os valores indicados indicam um baixo nível de debate e de deliberação, mas estão em linha com outros encontrados na literatura, já apresentados e outros como (Aichholzer & Westholm, 2009). Assim, é fundamental encontrar uma forma de estimular o uso desta funcionalidade por parte de todos os intervenientes, professores e representantes dos sindicatos.

Os fóruns de discussão têm o potencial para apoiar a interação, a reflexão, a deliberação, o debate e a discussão alargada, mas são necessários alguns requisitos, tais como o dispêndio de tempo em equipa e competências para moderar, apoiar e facilitar as discussões, bem como para analisar as contribuições.

Esta é outra das dificuldades. É necessário disponibilizar elementos do *stakeholder* para moderar, acompanhar as discussões, responder às questões e isso não é fácil devido ao tempo que os representantes dedicam a outras atividades. Nestes eventos foram escalonados elementos para cada uma das experiências.

5. CONCLUSÃO

Neste relatório apresentaram-se os resultados obtidos a partir das experiências de utilização da plataforma Liberopinion em sindicatos portugueses, a Federação Nacional de Professores e o Sindicato de Professores da Região Centro. Analisaram-se, compararam-se e discutiram-se, sucintamente, os principais resultados obtidos nessas experiências, essencialmente na perspetiva das visitas à plataforma e das ações de participação dos intervenientes.

A plataforma Liberopinion pode contribuir para estimular o espírito cívico, a partilha, a colaboração e a abertura ao diálogo civilizado e construtivo. Essa abertura é essencial para aproximar os vários intervenientes e para fomentar a sua participação.

Um dos contributos da plataforma Liberopinion é permitir a comunicação multidirecional (horizontal, vertical, síncrona e assíncrona) entre os vários intervenientes, colmatando, assim, uma lacuna de comunicação identificada entre os principais intervenientes, que era essencialmente unidirecional. É de salientar, também, que todos os conteúdos da plataforma ficam disponíveis para futura consulta, criando, assim, uma memória digital.

Os resultados apresentados mostram que a divulgação dos eventos de participação é um fator chave para o sucesso deste tipo de iniciativas, tal como argumentam Mantilla (2009) e Ferreira (2011). Este autor refere que um aspeto relevante e que pode ter influência no nível de adoção da e-participação em iniciativas de âmbito local é o esforço feito simultaneamente na promoção/divulgação junto dos cidadãos. É claramente perceptível que sempre que havia divulgação através das *mailing lists* aumentava o número de visitas na plataforma. É fundamental

divulgar antecipada e continuamente as iniciativas e os eventos de participação no maior número possível de canais adequados (isto é, redes sociais e media).

Os eventos de curta duração também têm grande influência no número de visitas e, possivelmente, na quantidade de participação dos intervenientes. Os debates em direto têm grande potencial de participação, segundo vários autores, mas na experiência realizada, não foi possível chegar a essa conclusão.

O número de comentários submetidos foi reduzido em todas as experiências de utilização da plataforma, mas estão de acordo com outros encontrados na literatura, como se mostrou. É fundamental encontrar uma forma de estimular o uso desta funcionalidade por parte de todos os intervenientes.

Um dos temas recorrentes é a necessidade de alocar recursos humanos a estas atividades com competências para moderar, apoiar e facilitar as discussões, o que nem sempre é conseguido porque 1) o moderador não está suficientemente motivado, 2) o moderador tem outras atividades *offline* que lhe ocupam imenso tempo, 3) as atividades associadas à contestação de rua são consideradas em primeiro plano. Acreditamos que, nas experiências apresentadas, teve influência na quantidade de questões colocadas pelos professores pois, nalguns casos, houve um hiato enorme entre a submissão e o início das aprovações por parte do moderador. Este pode ser um motivo para os cidadãos desistirem, não voltarem e não partilharem a informação com outros utilizadores.

Para trabalho futuro, salientamos a necessidade de melhorar a plataforma para poder ser utilizada em dispositivos móveis pois os “desligados”, que representam 50% da população da EU, como argumentam Ferro & Molinari (2010), se ligados podem migrar para qualquer perfil do modelo ASCU.

Seria ainda interessante usar a plataforma Liberopinion sem moderação e comparar os resultados com outros obtidos em iniciativas que usem plataformas de participação eletrónica criadas sob o conceito da democracia transparente, tais como as plataformas de código aberto *LiquidFeedback* (<http://liquidfeedback.org/>) e *Adhocracy* (<http://code.adhocracy.de/en>), desde que o *stakeholder* (o sindicato) o permita.

Outras análises devem ser realizadas num futuro próximo, tais como:

- Comparar o número de visitas por distrito com os acessos á Internet em cada local;
- Comparar o número de visitas com a implantação do sindicato em termos de membros;
- Comparar o número de utilizadores que retornam com os novos visitantes;

- Verificar os canais utilizados para aceder à plataforma;
- Analisar o comportamento dos cidadãos em termos de duração das visitas;
- Analisar o tipo de dispositivos móveis utilizados no acesso à plataforma.

6. REFERÊNCIAS

- André, P., Enserink, B., Connor, D., & Croal, P. (2006). *Public Participation International Best Practice Principles. Special Publication Series No. 4*. Fargo, USA: Special Publication Series No. 4. Fargo, USA: International Association for Impact Assessment. Retrieved from <http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/SP4web.pdf?AspxAutoDetectCookieSupport=1>
- Arnstein, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. Retrieved from <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01944366908977225>
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom. Policy Futures in ...* New Haven: Yale University Press. Retrieved from http://paigrain.debatpublic.net/docs/1_Symposium_PFIE_6_2_web.pdf
- Benko, R. (2008). *The Webster's Dictionary. How to Use the Web to Transform the World*. The Websters' Press.
- Castells, M. (2001). *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business, and Society*. Oxford: Oxford University Press, USA. Oxford: USA: Oxford University Press.
- Castels, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: o poder da identidade*. (F. C. Gulbenkian, Ed.).
- Chadwick, A., & May, C. (2003). Interaction between States and Citizens in the Age of the Internet: “e-Government” in the United States, Britain, and the European Union. *Governance*, 16(2), 271–300. doi:10.1111/1468-0491.00216
- Coleman, S., & Blumler, J. (2009). *The Internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. Cambridge University Press.
- Coleman, S., & Gotze, J. (2001). *Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation*. (H. Society, Ed.). London.
- Commission, E. (2009). *Recommendation CM/Rec (2009) 1 of the Committee of Ministers to member states on electronic democracy (e-democracy)*. Adopted by the Committee of Ministers on 18 February 2009 at the 1049th meeting of the Ministers' Deputies, 2009.

- Creighton, J. (2005). *The Public Participation Handbook: Making Better Decisions Through Citizen Involvement*. San Francisco: Jossey-Bass: Jossey-Bass.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement: Citizens, Communication and Democracy*. (C. U. Press., Ed.). New York.
- Effing, R., Hillegersberg, J. V., & Huibers, T. (2011). Social Media and Political Participation: Are Facebook, Twitter and YouTube Democratizing Our Political Systems? In E. Tambouris, A. Macintosh, & H. Bruijn (Eds.), *Third International Conference on eParticipation (ePart 2011)* (pp. 25–35). SpringerLink: LNCS 6847.
- FEC, F. E. C. (2008). *Official President General Election Results*. Retrieved from www.fec.gov/pubrec/fe2008/2008presgeresults.pdf
- Ferreira, V. (2011). *Caracterização das iniciativas de e-participação nas autarquias portuguesas*. Universidade do Minho. Retrieved from <http://www3.dsi.uminho.pt/gavea/>
- Ferro, E., & Molinari, F. (2010). Making Sense of Gov 2.0 Strategies: “No Citizens, No Party.” ... -*eJournal of eDemocracy and Open Government*, 2(1), 56–68. Retrieved from <http://www.jedem.org/index.php/jedem/article/view/13>
- Friedman, T. (2006). *O Mundo é Plano – Uma História Breve do Século XXI*. Lisboa: Actual Editora.
- Gibson, R., & Ward, S. (2008). Introduction: E-politics – the Australian Experience. *Australian Journal of Political Science*, 43, 1–11.
- Gouveia, L. B. (2004). *Local E-Government – a Governação Digital na Autarquia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.
- Greengard, S. (2009). The first Internet President. *Communications of the ACM*, 52(2), 16–18. Retrieved from <http://cacm.acm.org/magazines/2009/2/19315-the-first-internet-president/abstract>
- Hyman, R. (2007). How Can Trade Unions Act Strategically? *Transfer: European Review of Labour and Research*, 13(2), 193–210.
- Lange, A., Mitchell, S., Stewart-Weeks, M., & Vila, J. (2008). *The connected republic and the power of social networks*.
- Lindner, R., & Riehm, U. (2009). Electronic Petitions and Institutional Modernization. *eJournal of eDemocracy*, 1(1), 1–11.
- Lourenço, R., & Costa, J. (2007). Incorporating citizens’ views in local policy decision making processes. *Decision Support Systems*, 43(4), 1499–1511. doi:10.1016/j.dss.2006.06.004

- Macintosh, A. (2004). Characterizing e-participation in policy-making. In *Proceedings of the 37th Hawaii International Conference on System Sciences* (Vol. 00, pp. 1–10). IEEE Press. Retrieved from http://ieeexplore.ieee.org/xpls/abs_all.jsp?arnumber=1265300
- Macintosh, A., Coleman, S., & Schneeberger, A. (2009). eParticipation: The research gaps. In A. Macintosh & E. Tambouris (Eds.), *Proceedings of 1st international conference on electronic participation, ePart 2009* (pp. 1–11). Berlin/Heidelberg: Springer- Verlag LNCS 5694.
- Macnamara, J. (2010). The quadrivium of online public consultation: Policy, culture, resources, technology. *Australian Journal of Political Science*, 45(2), 1–16. Retrieved from <http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/65362/SSRN-id1085295.pdf?sequence=1>
- Mantilla, C. C. (2009). E-democracy and inclusion: The role for government agencies in mobilizing participation. In & T. J. J. Davies (Ed.), *Proceedings of 3rd international conference on theory and practice of electronic governance, ICEGOV 2009* (pp. 211–217). New York: Association for Computing Machinery (ACM).
- Medaglia, R. (2012). eParticipation research: Moving characterization forward (2006–2011). *Government Information Quarterly*, 29(3), 346–360. doi:10.1016/j.giq.2012.02.010
- Morozov, E. (2011). *The Dark Side of the Internet Freedom: The Net Delusion*. New York: Public Affairs.
- Nagourney, A. (2008). Obama Elected President as Racial Barrier Falls. *New York Times*. New York. Retrieved from http://www.nytimes.com/2008/11/05/us/politics/05elect.html?pagewanted=all&_r=0
- Nielsen, J., & Tognazzini, B. T. (2014). Participation Inequality: Encouraging More Users to Contribute. Retrieved from <http://www.nngroup.com/articles/participation-inequality/>
- Nye, J., Zelikow, P., & King, D. (1997). *Why people don't trust government*. Cambridge, MA: Harvard University Press. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Östling, A. (2011). How democratic is e-participation? In *Proceedings of the International Conference for E-Democracy and Open Government* (pp. 59–70). Danube University Krems, Austria: Edition Donau-Universität Krems. Retrieved from http://www.donau-uni.ac.at/imperia/md/content/bibliothek/verlag/cedem11_proceedings.pdf
- Panopoulou, E., Tambouris, E., & Tarabanis, K. (2009). eParticipation initiatives: How is Europe progressing? *European Journal of ePractice*, 7, 15–26.
- Pordata. (2012). PORDATA. *PORDATA- Base de dados de Portugal Contemporâneo*. Retrieved March 24, 2014, from <http://www.pordata.pt/Portugal/Docentes+em+exercicio+nos+ensinos+pre+escolar++basico+e+secundario+total+e+por+nivel+de+ensino-240>

- Preece, J., & Shneiderman, B. (2009). The Reader-to-Leader Framework: Motivating Technology-Mediated Social Participation. *AIS Transactions on Human - Computer Interaction*, 1(1), 13–32.
- Putman, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Quental, C., & Gouveia, L. B. (2014). Web platform for public e-participation management : a case study. *International Journal of Civic Engagement and Social Change (IJCESC)*.
- Rainie, L., & Smith, A. (2008). *The Internet and the 2008 Election*. Retrieved from <http://www.pewinternet.org/2008/06/15/the-internet-and-the-2008-election/>
- Sæbø, Ø., Rose, J., & Skiftenes Flak, L. (2008). The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. *Government Information Quarterly*, 25(3), 400–428. doi:10.1016/j.giq.2007.04.007
- Sanford, C., & Rose, J. (2007). Characterizing eParticipation. *International Journal of Information Management*, 27(6), 406–421. doi:10.1016/j.ijinfomgt.2007.08.002
- Santos, V. (2010). A “Era do conhecimento” e as Problemáticas globais: Manifestações de Cidadania Participativa na Sociedade da Informação. In I. Morgado & A. Rosas (Eds.), *Cidadania digital* (pp. 41–58). Livros Labcom.
- Sartori, G. (2000). *Homo Videns – Televisão e pós-pensamento*. (Terramar, Ed.). Lisboa.
- Schneider, S. M. (1997). *Expanding the Public sphere through Computer-Mediated Communication: Political discussion about abortion in a Usenet newsgroup*. MIT.
- Smith, S., & Dalakiouridou, E. (2009). Contextualizing Public (e)Participation in the Governance of the European Union. *European Journal of ePractice*, 7(March). Retrieved from <http://www.epractice.eu/files/ePractice-Journal-Volume-7.pdf>
- Sousa, A. A., Agante, P., & Gouveia, L. B. (2011). iLeger - a Web based Application for Participative Elections. In *Third International Conference on eParticipation (ePart 2011)* (pp. 228–239). Delft, Netherlands: Springer-Verlag LNCS 6847.
- Sousa, A. A., Agante, P., & Gouveia, L. B. (2013). Model of Digital Mediation for Direct Public Participation in Electoral Periods. How important are the Media? In *Proceedings of ICEGOV 2013*. Seoul, Republic of Korea: ACM.
- Susha, I., & Grönlund, Å. (2012). eParticipation research: Systematizing the field. *Government Information Quarterly*, 29(3), 373–382. doi:10.1016/j.giq.2011.11.005

Tambouris, E., Liotas, N., & Tarabanis, K. (2007). A framework for assessing eParticipation projects and tools. *Proceedings of the 40th International Conference on System Sciences (HICCS-40), Hawaii*, pp.90-98. *IEEE CS*, 1–10. doi:10.1109/HICSS.2007.13

UMIC. (2003). *Uma nova Dimensão de Oportunidades – Plano de Ação para a Sociedade da Informação*. Lisboa: Unidade de Missão Inovação e Conhecimento. Retrieved from http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/I_Plano_Accao_SI.pdf

UNDESA. (2012). *E-Government Survey 2012: e-Government for the People*. New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs.